

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v17i33.19799>

DA COMUNIDADE AO ENSINO SUPERIOR: UMA TRAVESSIA (DE  
SABERES) XOKÓS, SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, ALAGOAS, 2010 -  
2022

**Pedro Abelardo de Santana**

Universidade Federal de Alagoas

E-mail: [pedroabelardo18@gmail.com](mailto:pedroabelardo18@gmail.com)

**Ayrton Matheus da Silva Nascimento**

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB)

E-mail: [ayrtonmatheus2015@hotmail.com](mailto:ayrtonmatheus2015@hotmail.com)

**Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar o aumento da inserção dos povos indígenas no ensino superior a partir do Programa de Expansão e Reestruturação das Instituições de Ensino Superior - REUNI, reconhecendo a importância da formação superior para os estudantes indígenas do país. De modo particular, fizemos o recorte de uma entrevista realizada com um indígena Xokó de Sergipe, a fim de perceber como se dá o entrelaçamento entre o indivíduo e o coletivo materializado na figura do indígena no ensino superior e os reflexos provocados em suas comunidades. Em termos metodológicos, dialogamos com a análise de conteúdo, a História Oral em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo interpretativa. As fontes nos permitiram avaliar desde a continuação desses indígenas no envolvimento com as suas comunidades, até a adoção de uma responsabilidade e um papel social enquanto intelectuais na universidade, provocando importantes mudanças no seio do seu povo.

**Palavras-chave:** Povos indígenas; ensino superior; sertão.

FROM THE COMMUNITY TO HIGHER EDUCATION: A CROSSING (OF  
KNOWLEDGE) XOKÓS, SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, ALAGOAS, 2010  
- 2022

**Abstract**

This work aims to analyze the increase in the inclusion of indigenous peoples in higher education through Expansion and Restructuring Program for Higher Education Institutions - REUNI, recognizing the importance of higher education for the country's indigenous students. In particular, we cut out an interview carried out with a Xokó indigenous man from Sergipe, in order to understand how *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023* ISSN: 1982 -193X



the overlap between the individual and the collective occurs, materialized in the figure of the indigenous person in higher education and the consequences caused in their communities. In methodological terms, we dialogue with content analysis, Oral History in a qualitative approach with a descriptive and interpretative character. The sources allowed us to evaluate everything from the continuation of these indigenous people in their involvement with their communities, to the adoption of a responsibility and a social role as intellectual at the university, causing important changes within their people.

**Keywords:** Indigenous peoples; university education; backcountry.

## Introdução

O acesso ao nível de formação superior por parte dos povos indígenas na contemporaneidade tem sido um fenômeno crescente (Nascimento, 2022), em decorrência de pelo menos três fatores, a saber: as políticas das ações afirmativas, a articulação do movimento indigenista com o seu interesse pela autonomia das suas escolas, ao número de indígenas com formação superior (Luciano, 2017) e o incentivo ao ingresso, acesso e permanência destes no ensino superior, mais especificamente no contexto brasileiro, na última década.

Para esse grupo social tido como minoritário, a educação é uma importante ferramenta e instrumento político de luta na transformação da nossa realidade social e importante para o combate às desigualdades (Munduruku, 2012; Freire, 2020). Fortalecendo as suas identidades, as suas culturas e as suas trajetórias, bem como os povos aos quais esses sujeitos pertencem (Fávero; 1999; Pinto, 2004; Freire, 2014; Aprile e Barone, 2009).

Nesse sentido, o ensino superior brasileiro desde a sua gênese teve como principal característica a elitização dos espaços universitários enquanto uma forma de manutenção do privilégio social e segregação de interesse privado, favorável aos grupos dominantes, sendo um dilema educacional paulatinamente em superação, tornando a academia acessível a sujeitos antes postos à margem (Saviani, 2011; Lima, 2018).

Como parte da política de democratização do ensino assistimos a implantação do Programa de Expansão e Reestruturação das Instituições de Ensino Superior (REUNI), que produziu a capilarização de *campi* universitários por todo o país, descentralizando os grandes centros educacionais como é o caso da Universidade Federal de Alagoas, com um *campus* instalado

no Alto Sertão Alagoano, permitindo que os povos indígenas que habitam nessa territorialidade, ingressassem no ensino universitário (Nascimento, 2022).

No estado de Alagoas, a inserção de indígenas no ensino superior é muito semelhante ao que ocorre em outras partes do país, também marcadas pelo caráter elitista, o qual foi desestabilizado pelas políticas das ações afirmativas (Mancebo, 2013; Haas e Peixoto, 2013). Diante do número expressivo de indígenas, o governo estadual implantou o curso de licenciatura específica para a formação de professores indígenas pela Universidade Estadual de Alagoas, através do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais (PROLIND), em 2010. Trata-se de uma decisão também adotada por outras instituições públicas de ensino no país, a exemplo do ocorrido na Bahia, Pernambuco, Paraíba e outros estados da federação. A respeito da importância da educação intercultural, Landa explica que “pode ser vista como espaço que sugere e realiza outra qualidade do tipo humano que queremos ser e outro mundo feito a partir da pluralidade de mundos possíveis” (2017, p. 323).

Neste artigo pretendemos refletir sobre alguns impactos provocados pelo ingresso de indígenas no ensino superior entre 2010 e 2022. Especificamente, propomos observar esse ingresso e como o fato se reflete com o retorno e o envolvimento desses estudantes nas suas comunidades, a partir do ponto de vista de um estudante indígena Xokó. A fala deste estudante foi selecionada a partir de um conjunto de dez entrevistas com discentes de outras etnias do sertão.

Os aspectos supracitados, nas últimas duas décadas, têm provocado inúmeros redesenhos e reflexos no tocante à formação de indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, dentre outros, em modalidades de ensino específicas ou não (Paladino, 2012; Baniwa, 2011; Luciano, 2017; Mato, 2018). Contribuindo para a formação política desses sujeitos, de modo a reivindicarem a historicidade e a plausibilidade dos seus saberes, suas cosmovisões e formas de percepção do mundo (Nascimento, 2022). Impulsionando a repensar a formação superior, a história desses povos, as estruturas político-educacionais e as políticas públicas de assistência.

Assim, o nosso trabalho está disposto do seguinte modo: na primeira parte, trata dos procedimentos metodológicos, de breves considerações acerca da inserção de povos indígenas na educação superior. Em seguida, abordamos a especificidade do local analisado, tendo em vista o Alto Sertão Alagoano com o projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas. Por fim, analisamos a voz de um estudante indígena do povo Xokó de Sergipe,

permitindo observar a relação entre a presença singular coletiva no ensino superior e os seus reflexos em relação às comunidades as quais pertencem.

Em relação aos aspectos teóricos e metodológicos, lançamos mão de uma abordagem qualitativa. Para Chizzotti, abordagem “implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que são somente perceptíveis a uma atenção sensível” (2003, p. 221), na qual o investigador “interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, [...] patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa” (p. 221).

Acerca da explicação da subjetividade, Lima destaca que:

O fenômeno é explicado e compreendido pela via da subjetividade, da interpretação, da valorização da relação sujeito-objeto e de sua produção, consistindo esses pontos a sua validação, conseqüentemente, o próprio conceito de ciência é entendido como processo através do qual os conhecimentos são construídos indutivamente, arregimentando nexos entre o objeto, seu contexto e as diversas leituras e interpretações de seu universo (2018, p. 1-2).

Em outras palavras, para Lima (2018), nesse tipo de trabalho, podemos compreender o objeto investigado a partir das histórias de vida, capturadas com o emprego de depoimentos, textos e questionários. Sem cairmos no equívoco de que a fonte equivaleria à verdade revelada e absoluta. Antes, sendo encarada enquanto uma verdade processual, relativa e sempre em construção alcançada a partir dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

As fontes que mobilizamos no nosso trabalho foram elaboradas a partir das técnicas e postulados da história oral (Thompson, 1992; Alberti, 2000; Meihy, 2007; Portelli, 1997, 2010), com base em entrevistas semiestruturadas. Nos procedimentos analíticos empregados buscamos sedimentar a nossa análise a partir da proposta de Bardin, tendo em vista a latência da interpretação na qual “oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (2016, p. 15), nos reportando constantemente, a figura do “analista [...] detetive munido de instrumentos de precisão” (2016, p. 35). Laboramos em torno dos vestígios e documentos, dos quais suscitamos técnicas e instrumentos de segmentação, organização do *corpus* e análise.

Em termos historiográficos, buscamos exercitar a história do tempo presente, a qual se caracteriza, “pela existência de testemunhas vivas dos períodos estudados” (Delacroix, 2018,

p. 39). Pela especificidade do fenômeno e objeto pesquisado, no qual buscamos primar pela fala das vozes presentes nos espaços educacionais investigadas.

Por questões de ética na pesquisa e no intuito de salvuardarmos os sujeitos envolvidos, adotamos o emprego apenas do povo ao qual pertence o entrevistado. Em virtude das condições de produção da pandemia da Covid-19, as entrevistas e os questionários aplicados foram realizados por meio digital: *Google Forms* e *Google Meet*.

Na nossa pesquisa, efetivamos uma entrevista com um estudante pertencente a cada povo indígena. Tendo uma amostra qualitativa acerca do fenômeno investigado. Assim sendo, o *corpus* aqui trabalhado encontra-se disposto em três recortes discursivos, no qual buscaremos analisar uma das entrevistas realizadas. O nosso interesse especificamente se verterá na relação entre as comunidades e o ensino superior e os benefícios e tensões agregadas a ambas por meio do ingresso de indígenas no ensino superior.<sup>1</sup>

### **O crescente número de indígenas no ensino superior**

Compreender a presença indígena no ensino superior só é possível em decorrência de alguns redesenhos nas políticas, legislações e articulação do movimento indígena tornando essa presença cada vez mais expressiva em termos quantitativos. Isso se dá em virtude do fato que:

A educação superior indígena é uma questão que estava praticamente fora das agendas governamentais e não governamentais até finais da década de 1990, mas que nos últimos anos começou a ter maior visibilidade, num contexto político favorável às ações afirmativas e ao combate da desigualdade educativa no Ensino Superior (Paladino, 2012, p.175-176).

Em decorrência do contexto histórico, como podemos observar, a educação superior para os povos indígenas encontrava-se fora das pautas governamentais até o final da década de 1990. Não reduzindo a noção de democratização do acesso ao ensino superior, apenas em termos econômicos, mas também lido a partir da racialidade. Como vemos, o movimento se fortalece com as discussões em torno das ações afirmativas:

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é parte modificada e revista de uma dissertação de mestrado em História, apresentada na UFS em 2022.

A educação superior indígena é, certamente, um projeto social e político que se insere numa perspectiva de construção e sedimentação da busca dos povos indígenas por reconhecimento de sua especificidade cultural. No entanto, isso só será possível se houver o devido respeito ao princípio da alteridade, previsto na legislação, e uma busca constante por uma educação específica, de qualidade e intercultural, não só para as atuais, mas para as futuras gerações de crianças, jovens e adultos indígenas (Brostolin e Cruz, 2010, p. 41).

Dizer que a educação superior indígena é claramente um projeto social e político, significa dizer que ela é mobilizada no intuito de construir o reconhecimento acerca da especificidade e pluralidade cultural dos povos originários. Esse acesso e permanência na educação superior apenas se tornam efetivos a partir do princípio da alteridade, o qual permite o direito ao acesso de indígenas no ensino superior, seja em modalidades de ensino específicas ou não. Por ser um direito resguardado por lei, possibilita também o aprimoramento das políticas públicas reparatórias, a fim de atender às demandas e garantir que os indígenas possam frequentar a educação superior, concluir com êxito a sua formação, com apoio da legislação para questão financeira, de estadia, moradia, ou até mesmo, com a promoção de uma formação intercultural dentro dos espaços acadêmicos. Como diz Paladino,

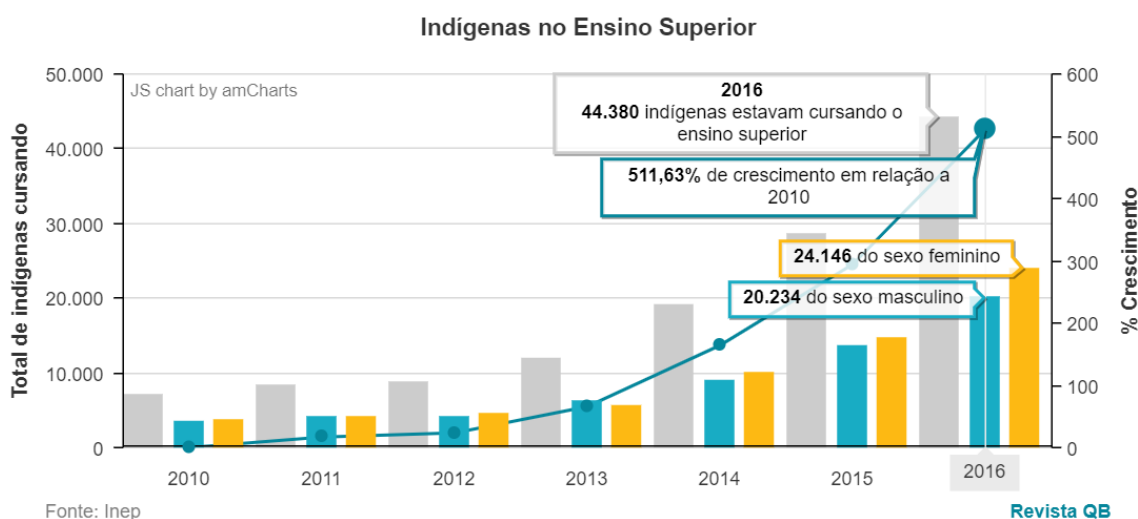
O fato de as discussões sobre educação superior indígena estarem ocupando um espaço relevante em encontros, reuniões e assembleias de organizações indígenas não significa que as dívidas no Ensino Básico estejam saldadas. A necessidade de melhorar a pertinência e a qualidade do Ensino Fundamental nas terras indígenas convive hoje (e se inter-relaciona) com o desafio de criar mecanismos para o acesso e a permanência dos povos indígenas no Ensino Superior e para a implementação, nas universidades, de propostas educativas que dialoguem com a diversidade do corpo discente e possam superar o modelo de conhecimento acadêmico hegemônico (2012, p. 176).

Podemos perceber o interesse progressivo dos povos indígenas nas distintas modalidades de formação educacional, o que envolve a educação superior. Tendo em vista que esses espaços educacionais também se configuram enquanto importantes espaços de poder e de saber, e que também devem ser ocupados por indígenas cada vez mais a fim de que possam construir e apresentar saberes e conhecimentos a partir de uma perspectiva ancestral, que não se sedimentam nas suas ausências, mas que reconheçam e valorizem também a pluralidade e diversidade racial.

Em termos mais gerais, a partir de dados divulgados tanto pelo INEP quanto pelo site *Quero Bolsa* é possível perceber e apreender um crescimento significativo de indígenas matriculados no ensino superior a partir dos anos de 2010. Trazer esses números para as nossas incursões

analíticas se faz essencial na medida em que o ano de 2010 converge especificamente com o ano de implantação do campus universitário que iremos analisar. Vejamos os dados abaixo e como estes permitem ler o nosso contexto e especificidade local a fim de nos assegurarmos acerca da importância desses projetos e programas de interiorização para a formação superior de povos indígenas enquanto um importante movimento e processo político e histórico.

**Figura 1.** Indígenas no ensino superior - INEP



Fonte: Estatísticas sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil, 2007.

Na tabela acima (figura 1), podemos observar as diferenças entre os anos de 2010 até 2016 com um crescimento quantitativo exponencial. Pelos números apresentados, o crescimento foi de 511,63% em relação a 2010. Representando na prática o número de 44.380 estudantes indígenas cursando o ensino superior no país. Esse crescimento resulta de aspectos multifatoriais, os quais não podem ser reduzidos a uma entrada ingênua, mas enquanto fruto de articulações, mobilizações, lutas políticas dos movimentos sociais cobrando políticas que garantam o acesso e a permanência de indígenas matriculados no ensino superior.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> No tocante ao gênero, a diferença de indígenas entre o sexo feminino e masculino não é superior a 5.000, mas traduz em uma presença feminina maior.

**Figura 2.** Número de indígenas no ensino superior

Fonte: *Quero bolsa* – universidades com maior presença indígena. Disponível em:

<https://querobolsa.com.br/revista/50-universidades-brasileiras-com-maior-presenca-indigena>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

Os dados do site *Quero Bolsa* (figura 2), permitem perceber o crescimento progressivo de indígenas no ensino superior, com números que chegam ao ano 2018. Esses indicadores mostram o quantitativo de 7.256 estudantes indígenas matriculados em 2010, oito anos depois ocorreu um aumento de mais de 50.000 estudantes indígenas. São reflexos do crescente interesse de indígenas pelo acesso ao ensino superior ajudados por inúmeros fatores relacionados às políticas públicas e ações privadas. O acesso desses estudantes ao ensino superior tem demonstrado reflexos significativos na política, a educação, a história, nos conhecimentos que os indígenas produzem e na forma como devolvem saberes e contribuem para as suas comunidades, sendo esse o recorte específico adotado neste trabalho.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) foi inaugurada em 1961, sob a liderança do reitor Aristóteles Calazans Simões e a gestão do presidente da República Juscelino Kubitschek. Até então, em termos conjunturais, o ensino superior em Alagoas era formado a partir das faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Economia, Engenharia e Odontologia. Ocorrendo, posteriormente, os processos de desenvolvimento e expansão no século seguinte, a partir das políticas propostas pelo governo com o intuito de reestruturar e expandir o ensino superior e



trazer o programa de interiorização para o espectro do sertão e do agreste do estado (Verçosa, 2006; Santos, 2018).

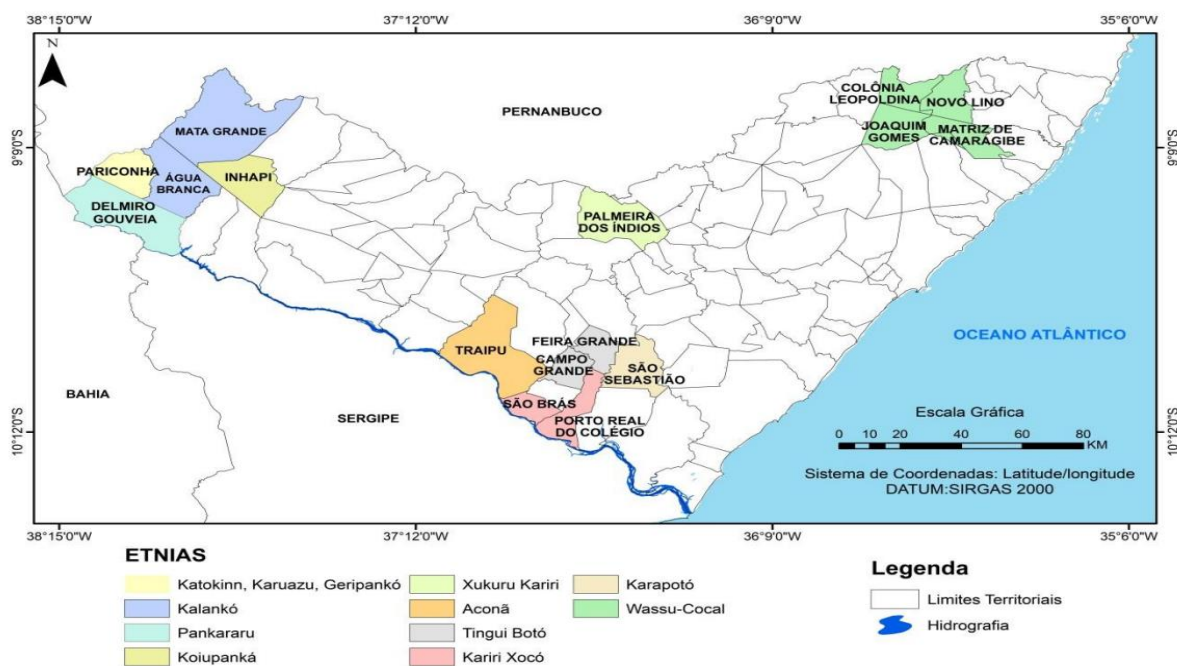
Já o Campus do Sertão, localizado no município de Delmiro Gouveia, foi fruto da Política de Expansão e Reestruturação das Instituições de Ensino Superior (REUNI), enquanto efeito das políticas públicas iniciadas no ano de 2007, sob a liderança do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Campus do Sertão foi inaugurado em 15 de março de 2010, tendo a sua sede inicialmente na Escola Estadual Watson Clementino de Gusmão Silva, localizada à rua Henrique Dias, S/N, Bairro Novo. A escola cedeu parte da sua estrutura para o funcionamento institucional, enquanto a sede se encontrava no processo de construção e finalização das obras (UFAL, 2007).

A implantação inicial sob a reitoria da professora Ana Dayze Rezende Dorea, ofereceu oito cursos de graduação, entre licenciatura e bacharelado. Apontado enquanto um processo e um projeto inovador e expansionista no que se refere à educação regional, trazendo mudanças no seio da sociedade do Alto Sertão alagoano, com o intuito de fornecer uma gama de profissionais formados e qualificados para atender a demanda local e regional. Na prática, com a interiorização da universidade federal, assistimos de perto o deslocamento em termos espaciais, permitindo que inúmeros sujeitos pudessem adentrar a formação superior em uma universidade pública e gratuita, ambiente antes restrito pelo fator localização (UFAL, 2013).

Sob a injunção dessa conjuntura política e social, com acesso de sujeitos antes excluídos do ensino superior devido especificidade regional, ou seja, a distância do litoral, essa implantação permitiu assistir também à presença de povos indígenas que passaram a acessar o ensino superior de forma mais constante. Dos onze povos indígenas alagoanos, seis habitam no Alto Sertão, nas proximidades do Campus do Sertão.

Com base em dados da Secretaria de Cultura do Estado e do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (figura 3), o estado conta com onze comunidades indígenas: Kariri-Xokó (em Porto Real do Colégio), Xucuru-Kariri (em Palmeira dos Índios), Tingui-Botó (em Feira Grande), Wassu Cocal (em Joaquim Gomes, Colônia Leopoldina, Matriz de Camaragibe e Novo Lino), Karapotó (em São Sebastião), Dzubucua (em Porto Real do Colégio), Jeripankó, Karuazu e Katokinn(em Pariconha), Kalankó (em Água Branca), Koiupanká (em Inhapi) e Pankararu (em Delmiro Gouveia), (ITERAL, 2022).

Figura 3. Localização das etnias indígenas em Alagoas.



Fonte: (Lima; Oliveira; Miranda, 2019, p. 139).

Como observamos, a região de instalação do *campus* faz divisa com os municípios de Pariconha e Água Branca, também está próximo dos municípios de Mata Grande e Inhapi, portanto, a territorialidade de seis povos indígenas que passaram a ter maior acesso ao ensino superior. Quando olhamos os dados regionais e os comparamos com o contexto nacional, observamos uma crescente busca e acesso de indígenas ao ensino superior. Os dados a seguir (figura 4), referem-se a indígenas matriculados no ano de 2020 no ensino superior e englobam universidades e faculdades públicas e privadas de todo o país.

**Figura 4** - *Ranking* das universidades com quantitativo de indígenas matriculados 2020.

| Posição | Instituição de ensino               | Percentual de estudantes indígenas | Número total de estudantes indígenas | Número total de estudantes |
|---------|-------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|
| 1       | Universidade da Amazônia            | 23,53%                             | 4712                                 | 20028                      |
| 2       | Faculdade Mauá de Brasília          | 22,77%                             | 355                                  | 1559                       |
| 3       | Faculdades Integradas Campos Salles | 14,48%                             | 591                                  | 4082                       |
| 4       | Universidade Federal de Roraima     | 12,99%                             | 768                                  | 5914                       |
| 5       | Centro Universitário Facisa         | 12,39%                             | 687                                  | 5544                       |
| 39      | Universidade de Federal de Alagoas  | 0,83%                              | 217                                  | 26155                      |

Fonte: Adaptado pelos autores. *Quero bolsa*. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/50-universidades-brasileiras-com-maior-presenca-indigena>. Acesso em: 18/02/2022.

Destacamos que os dados acima apresentam apenas as instituições que possuíam um número acima de 1.000 estudantes e o quantitativo de pelo menos 100 destes discentes sendo indígenas matriculados nos seus cursos de graduação. Não apresentando fragmentos menores. Apesar de a UFAL não aparecer entre as cinco primeiras instituições, destacamos que ela ocupa posição 39º com 217 estudantes indígenas dissolvidos na totalidade de 26.155 estudantes, representando o número menor que 1% dos estudantes indígenas. A UFAL apresentou ainda uma fragilidade em termos políticos e sociais com esse número reduzido de indígenas no ensino superior.

Observamos que, como se trata de dados do ano 2020, essa expressividade de indígenas já é um reflexo produzido pela interiorização com o Campus do Sertão, possibilitando um acesso contínuo e crescente de indígenas na universidade. Esse número de indígenas na UFAL pode ser explicado, a nosso ver, sob três perspectivas: o número de indígenas na universidade ainda

é pequeno, mas é crescente, cada vez mais, eles têm procurado o ensino superior; a interiorização vem contribuindo para ampliar o acesso deles ao ensino superior; por fim, é um dado que afronta a histórica elitização do ensino superior brasileiro, sendo uma consequência de ações afirmativas.

A localização da universidade no sertão, com a instalação do Campus do Sertão, permitiu o ingresso de diversos sujeitos no ensino superior gratuito, proporcionando a democratização do mesmo. Deslocada dos grandes centros para o interior, ou seja, de Maceió e Arapiraca, a universidade está recebendo um número crescente de indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e outros grupos dispersos no território sertanejo.

### **Da comunidade ao ensino superior e vice-versa: uma travessia de saberes**

O ingresso e a permanência de indígenas no ensino superior é um campo de estudo emergente, este também permite apreender a historicização das experiências individuais. Desse modo, podemos observar os significados que são produzidos de forma singular por cada um dos sujeitos e suas contribuições para o coletivo dos povos aos quais os estudantes pertencem e para a sociedade na qual se encontram inseridos. Nesse sentido, Faustino *et al*, destacam que:

Além do âmbito familiar, participar das assembleias indígenas, nas aldeias, com essa bagagem de conhecimentos novos, redigir documentos, debater com as lideranças e comunidades sobre temas relevantes, pensar sobre componentes e práticas das culturas tradicionais que precisam ser refletidos, revitalizados e ressignificados, como, por exemplo, o papel secundário que as mulheres muitas vezes ocupam nas instâncias de poder[...] esses são os grandes resultados para as mulheres, os povos indígenas, suas culturas e sua história (2020, p. 24).

Esses autores apresentam um dos importantes aspectos para analisarmos as trajetórias de indígenas no ensino superior e suas relações com as comunidades. Ou seja, desde a relação deles com seu seio familiar e seu povo, até a participação nas assembleias e em diversas atividades nas quais as comunidades indígenas tendem a reivindicar demandas. Percebemos que ocorre uma situação tanto reflexiva por parte do estudante, quanto prática na relação da aldeia com outras instituições. Tudo isso força a ocorrência de mudanças importantes nas comunidades indígenas.

Como já anunciado, apresentaremos análises a partir das falas de um dos dez indígenas entrevistados na condição de egressos da UFAL. O discente em questão pertence a comunidade indígena Xokó do município sergipano de Porto da Folha. Trata-se de um aldeamento formado no período colonial com a junção de diversas etnias. Na última década do século XIX, esse grupo teve a sua identidade negada pelos governantes, suas terras foram aforadas, praticamente equivaleu a uma venda. O grupo permaneceu durante um século existindo e sofrendo diversas violências por parte dos fazendeiros que se apossaram das suas terras, até que, após o ano de 1979 ocorreu o processo de etnogênese e o grupo voltou a ser reconhecido pelo Estado, passando a reconquistar direitos a partir de então.

O estudante entrevistado cursou a graduação no Campus do Sertão da UFAL. Ao perguntarmos sobre o seu envolvimento com a comunidade e as mudanças advindas do ingresso no ensino superior, soubemos da permanência do vínculo:<sup>3</sup>

Antes eu já tinha envolvimento já muito grande com a minha comunidade, eu sempre fui uma pessoa assim, bastante participativa, no que diz respeito a, as questões políticas, culturais da comunidade, e depois do curso eu continuei também (Xokó, 2022).

Muitos dos estudantes indígenas que ingressam no ensino superior, mas não moram nas comunidades, já possuíam um envolvimento com elas, participando das discussões políticas, identitárias e culturais. A presença dos estudantes na universidade não produz um distanciamento deles das pautas dos seus povos, pelo contrário, ocorre uma continuação e aprofundamento, gerando engajamento, maiores discussões a partir do aprendizado no ensino superior sobre questões teóricas e políticas. Cada povo em particular possui as suas pautas, seus interesses e necessidades, desse modo, veiculam uma série de discursos e demandas singulares. Permitem uma participação protagonista dos estudantes, os quais carregam toda a trajetória de lutas, resistências, cultura e memória até os espaços onde encontram o ensino superior.

Se antes, imaginava-se que a presença do indígena no ensino superior poderia distanciá-lo das tradições da sua cultura, assistimos ao desenvolver de uma relação mais harmônica, mais entrelaçada. Porém, essa nova realidade também produz contradições, conflitos e disputas de poder, decorrentes do maior envolvimento com a comunidade de alguns indígenas ao

---

<sup>3</sup> Tópico baseado em parte de uma entrevista com diversos indígenas, os quais responderam a seguinte questão: Após o seu ingresso você passou a se envolver mais nas questões da sua comunidade?

ingressarem no ensino superior. Outro aspecto relevante é que esses estudantes acabam incentivando outros membros da comunidade indígena a buscar o caminho da universidade para fortalecer a defesa das pautas particulares dos povos aos quais pertencem.

Notamos que ocorrem ganhos em várias direções, na dos estudantes, das suas comunidades e das instituições onde ingressam. Desse modo, a fala do indígena Xokó expressa a expectativa da sua comunidade:

Eu acredito que a comunidade tenha um olhar muito significativo ao meu respeito, porque eu recebo bastante elogio assim da minha comunidade. Eu tenho um retorno muito grande. As pessoas lá gostam bastante de mim e acreditam no meu trabalho, né, no que eu venho fazendo, na minha pesquisa. Tenho esse retorno assim, bastante significativo na minha vida em relação a isso (Xokó, 2022).

As comunidades indígenas de origem desses estudantes, não demonstram hostilidades para eles, pelo contrário, dedicam admiração e incentivo para que estes continuem trilhando caminhos no ensino superior, reconhecendo a importância da educação de forma singular para cada um desses povos. Como assevera Mundurukú (2012, p. 222), “Que o Movimento Indígena educou após ser educado parece ser uma verdade incontestável”, também que participou e continua participando de diversos momentos históricos do país, dentre os quais podemos incluir a luta indígena pelo acesso ao ensino superior ou pela autonomia das suas escolas.

Ao valorizarem a importância da educação, as comunidades indígenas fortalecem o seu sentimento de pertencimento, fazendo com que os estudantes se sintam mais indígenas ligados a uma estrutura coletiva maior e potenciais agentes de transformação, por meio da educação, nas suas comunidades e sociedade.

Os trabalhos acadêmicos desenvolvidos por esses estudantes, como podemos observar, possuem uma admiração e incentivo por parte do coletivo. São trabalhos produzidos a partir da contribuição de muitas trajetórias que ali, politicamente, se entrelaçam com esses estudantes que se fazem presentes no ensino superior, carregando consigo as suas ancestralidades, singularidades e especificidades do seu povo. Ainda que essa presença aparentemente seja única, enquanto uma trajetória pessoal simboliza de forma muito tênue a trajetória coletiva daquele povo.

É essa relação entre ser indígena, a sua identidade e o coletivo ao qual este pertence que se presentifica de forma mais significativa, como poderemos ver:

É um incentivo muito, muito importante para mim, sabe, continuar pesquisando, continuar estudando e pesquisando cada vez mais. Eu acho que o importante é esse incentivo da comunidade, é o retorno da comunidade quanto a isso (Xokó, 2022).

O indígena entrevistado, após concluir a graduação na UFAL e ingressar no mestrado, encontra-se debaixo da aprovação coletiva comunitária, sentimento importante dentro de grupos tradicionais e comunitários. Devido a esse incentivo por parte do seu povo, pode continuar a sua inserção em outros espaços. Esse é um importante elemento que também contribui para que outros estudantes sigam o percurso da educação superior e supere os desafios nela encontrados.

Verifica-se a existência de um sentimento de valorização, reconhecimento e legitimação tanto dessas trajetórias quanto dos trabalhos desenvolvidos por estudantes indígenas. Trata-se de trajetórias ancestrais que ressoam nos espaços acadêmicos e científicos e se entrelaçam com os saberes canônicos. Porém, epistemologicamente partindo de um chão diferente, de outras experiências e trajetórias que se atrelam a esses conhecimentos que agora decolonialmente se produzem. Trata-se de contar e recontar saberes e histórias a partir do ponto de vista dos seus povos, crenças, tradições e a partir do reconhecimento das suas ancestralidades, antes apagada no seio eurocêntrico dos conhecimentos produzidos na academia (Nascimento e Santana, 2020).

Em síntese, percebemos nesse entrelaçar singular e coletivo a valorização da trajetória individual de estudantes, tanto por parte dos seus povos quanto por novos trabalhos historiográficos e de outras áreas, que passam a levar em consideração a cosmovisão desses povos. Antes da abertura das universidades aos indígenas, ocorria o cerceamento desses espaços de poderes, saberes e conhecimentos ancestrais, por isso, definimos a presença crescente enquanto um fenômeno político e social. Os povos indígenas, cujas histórias e trajetórias se adensam com a presença no ensino superior, o qual conhece e reconhece novos enfoques para o olhar historiográfico.

### Considerações finais

A presença de indígenas no ensino superior, como observamos, é um fenômeno crescente em oposição à elitização que perdurou nos espaços acadêmicos públicos e privados no contexto brasileiro, sendo redesenhado a partir das políticas de democratização do ensino com a assistência ao ingresso para a sua permanência nas faculdades e universidades.

Dessa maneira, o deslocamento da Universidade Federal de Alagoas para o Alto Sertão Alagoano, permitiu o maior ingresso de indígenas na academia, antes limitados pelo fator localização e distância dos grandes centros urbanos (Maceió e Arapiraca). Com essa nova realidade os estudantes indígenas passaram a apresentar as nuances e as especificidades dessa presença, à qual chamamos de presença singular/coletiva no ensino superior.

Apesar de nuançarmos apenas uma voz Xokó de Sergipe, podemos observar de forma singular o entrelaçar entre as questões identitárias e acadêmicas vivenciadas por indígenas no ensino superior. Percebendo como se dá na prática esse imbricamento individual/coletivo materializado na figura do indígena no ensino superior e nos reflexos provocados na universidade e em suas respectivas comunidades.

Pudemos constatar desde a continuação do envolvimento desses indígenas com as suas pautas comunitárias após ingressarem no ensino superior, ao movimento de assumirem outra responsabilidade social, enquanto intelectuais dentro da academia e dentro das suas comunidades, auxiliando nas reflexões, produzindo importantes mudanças entre o seu povo, inclusive na prática burocrática.

Concluindo, vimos também como o reconhecimento e a valorização comunitária fortalecem a permanência e a presença desses estudantes no ensino superior, podendo beneficiar a comunidade a qual estes pertencem. A partir desse encontro singular das suas trajetórias, histórias, lutas, culturas, identidades e memórias com a formação superior na história desses sujeitos indígenas.



**Referências**

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. *In: III Encontro Clio-Psyché: Historiografia, Psicologia e Subjetividades – Paradigmas*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. *Revista @mbienteeducação*, v. 2, n. 1, p. 39-55, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições70, 2016.

**BRASIL**. Congresso. Senado. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm) . Acesso em 22/07/2021.

**BRASIL**. REUNI. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Brasília, agosto de 2007b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> . Acesso: 20 ago. 2014.

BROSTOLIN, Marta Regina; CRUZ, Simone Figueiredo. Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 11, p. 33-42, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?

**Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 16 fev. 2022.

**ESTATÍSTICAS sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/estatisticas-sobre-educacao-escolar-indigena-no-brasil> . Acesso em: 18/02/2022.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; RODRIGUES, Isabel Cristina. O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0103, jan./abr. 2020.

FÁVERO, Osmar. Pós-graduação em Educação: avaliação e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, v. 18, n. 37, p. 311-327, 2009.

FREIRE, A. C.; MELO, B. M. de. O mestrado profissional em educação profissional e sua contribuição para a ampliação do reconhecimento dos indígenas no estado de Alagoas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 19, p. e9870, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9870>. Acesso em: 4 out. 2023.

HAAS, Celia Maria; PEIXOTO, Alexsandre Victor Leite. Responsabilidade social das instituições privadas de educação superior do estado de Alagoas. **XIII Colóquio de Gestão Universitaria en Américas**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS - ITERAL, 2022. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/gpaf-gerencia-de-politica-agraria-e-fundiaria-1/assessoria-tecnica-dos-nucleos-quilombolas-e-indigenas-astnqi/povos-indigenas/povos-reconhecidos> . Acesso em: 2022.

LANDA, Mariano Báez (Org.). **Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político = Educación indígena e interculturalidad: un debate epistemológico y político** (Org.). – bilíngue – Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

LIMA, Lucas Gama; OLIVEIRA, Amanda da Silva; MIRANDA, Anderson Ribeiro. Indígenas, terra e território em Alagoas: uma análise geográfica da atualidade da resistência. **Revista de Geografia**, Recife, v. 36, n. 1, 2019.

LIMA, Paulo Gomes. Pesquisa qualitativa em educação: estratégias predominantes. **Ensaios Pedagógicos**, v. 2, n. 1, p. 1-2, 2018.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2011.

LUCIANO, Gersem José dos Santos, et al. Educação intercultural: direitos, desafios e propostas de descolonização e de transformação social no Brasil. **Cadernos CIMEAC**, v. 7, n. 1, p. 12-31, 2017.

MATO, D. Educação superior e povos indígenas: experiências, estudos e debates na América Latina e em outras regiões do mundo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 3, 2018.

- MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da Unesa. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 81-98, 2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- NASCIMENTO, Ayrton Matheus da Silva. **Sobre o lugar do “índio”**: a expansão da UFAL, Campus do sertão e seus efeitos na formação superior de povos indígenas (2010-2020). Dissertação (Mestrado em História). São Cristóvão, UFS, 2022.
- NASCIMENTO, Ayrton M.; SANTANA, Pedro A. Decolonialidade: contribuições para (re) pensar a História. **Revista de Ciências Humanas Caeté**, v. 2, n. 3, p. 167-178, 2020.
- PALADINO, Mariana. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 7, p. 175-195, 2012.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 727-756, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.
- QUERO BOLSA. <<https://querobolsa.com.br/revista/50-universidades-brasileiras-com-maior-presenca-indigena>>. Acesso em: 18/02/2022.
- SANTOS, Lavoisier Almeida. A UFAL e sua tardia expansão para o agreste alagoano: notas sobre o seu processo de interiorização. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 9, p. 30-45, 2018.
- SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil. **Poiesis Pedagógica**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, 2002.
- Universidade Federal de Alagoas**. Plano de Desenvolvimento institucional (2013-2017). Maceió, 2013.

**Universidade Federal de Alagoas.** Projeto REUNI da Universidade Federal de Alagoas (2008-2012). Maceió, 2007.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas.** Maceió: Edufal, 2006.

### **Fonte oral**

XOKÓ, Ivanilson [27 anos]. [mai. 2022]. Entrevistador: Ayrton Matheus da Silva Nascimento. Canindé de São Francisco, Sergipe, 05 de maio de 2022.

Recebido em 2023-10- 14

Aprovado em 2023-12-04

Publicado em 2023- 12 - 30